

Historia Est Testis Temporum: Notas de análise da obra de Cônego Raymundo Trindade (1928)

Josimar Faria Duarte

Universidade Federal Fluminense
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
josimar.duarte@ufv.br

Resumo: O artigo discute a participação dos intelectuais no processo de “construção institucional” da Igreja católica mineira na República Velha (1890-1930). O universo empírico de pesquisa foi constituído pelo livro *Archidiocese de Marianna: Subsídios para sua história*, escrito como resultado de três anos de pesquisa documental por Cônego Otávio Raymundo Trindade, e publicado em 1928 pela editora Escola Profissional do Lyceu Coração de Jesus: Alameda Barão de Piracicaba. Os dados coletados foram interpretados com base no modelo teórico de Roger Chartier (1990), que chama a atenção para a necessidade de entender as representações do mundo social como formulações mentais construídas por grupos com base nas atitudes e vivências coletivas. Assim sendo, quando analisamos as informações da documentação, além de outras fontes da época, percebemos que esse religioso possuía vários projetos intelectuais e sociais para criar no Brasil uma Nação católica. Para isso, era preciso que se construísse uma história da Igreja ligada às raízes da cultura e da civilização brasileira. Cabe, portanto, perguntar: o que ele entendia por Nação? Quais os papéis dos intelectuais católicos nesse projeto? São estas questões que procuraremos abordar nesse texto.

Palavras-Chave: Representações; Intelectuais; Nação Católica; República Velha.

Raymundo Otávio da Trindade, mineiro de Barra Longa, construiu sua carreira eclesiástica, política e intelectual entre as décadas de 1908 e 1962, em um contexto marcado pela República Oligárquica, afirmação do capitalismo, pelo crescimento cultural dos hábitos franceses (*Belle époque*); eclosão e/ou expansão de diversos movimentos operários; e pela popularização da filosofia positivista na literatura e nos tratados científicos, visto a seduzir, persuadir, “condicionar” e atenuar o “povo” dentro de uma identidade política nacional (CARVALHO, 1990).

No plano religioso teve-se, com a proclamação da República, a separação da Igreja católica do Estado¹, garantindo-se constitucionalmente a liberdade de culto, secularização dos cemitérios, laicização da educação e do casamento civil. Com isso, os eclesiásticos viram

¹ Isso por causa do padroado régio, um compromisso estabelecido ao longo de séculos entre as autoridades da Igreja católica e os representantes do Estado, no qual o governo tinha um conjunto de direitos e deveres sobre os domínios políticos e religiosos. No Brasil, o padroado foi instituído a partir da conquista de Dom Pedro I do título de Grão mestre da Ordem de Cristo (DORNAS FILHO, s/d, p. 17).

diminuir a herança colonial², que garantia ao catolicismo o direito de impor e legitimar politicamente os seus valores religiosos no país, muitas vezes por meio da violência física e simbólica (AZZI, 1977).

Assim sendo, após quatro séculos de influência enquanto religião oficial, os membros da Igreja católica tiveram os poderes políticos enfraquecidos nas variadas dimensões da vida social. Dessa maneira, para manter seus *status* sociais, políticos e também econômicos, o episcopado brasileiro adotou um conjunto de práticas e comportamentos que os permitiu alcançar ou chegar a uma posição institucional privilegiada nos novos rumos da sociedade (LUSTOSA, 1991), mais burguesa, progressista e de interesses governamentais (ALONSO, 2002).

Sem dúvida, os principais problemas enfrentados pela Igreja católica durante a República Velha (1890-1930) foram, entre outros, manter a luta pela expansão da ortodoxia católica³, combatendo as ideias liberais e modernizantes, além de enfraquecer a subordinação da religião aos interesses do Estado, sem com isso desligar-se dele. Contudo, a ratificação dessa separação ocorreu em 1891, pela *Nova Carta Constitucional brasileira*. Em resposta, os eclesiásticos, buscaram poder político junto aos novos líderes do governo, dando início ao processo histórico conhecido por *Neocristandade*⁴. Além disso, outro problema a ser considerado, refere-se à reorganização institucional do clero diante das condições políticas da nação brasileira. Para isso houve a criação de novas dioceses e arquidioceses visando afirmar a importância institucional na maior extensão territorial do país⁵; reformas dos seminários no que tange a vocação religiosa, admitindo-se para o clero secular meninos órfãos; de cor e em extrema pobreza, desde que sustentados por padrinho (pessoas de influência na política e na sociedade); construções de novas casas institucionais, próximas às linhas ferroviárias; além, é claro, da expansão das elites intelectuais, representadas por pensadores, literatos,

² Refere-se aos modos como a Igreja católica se reproduziu simbolicamente e materialmente ao longo dos séculos, visto que nosso país é alicerçado nos projetos catequéticos de padres, freiras e dos demais membros eclesiásticos. Portanto, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda: não é possível “a clara inteligência de numerosas questões de história do Brasil sem a exploração prévia e isenta de nossa história eclesiástica” (HOLANDA, 1963).

³ Movimento denominado de Reforma católica Ultramontana. Segundo Azzi (1992, p.109) a partir de meados do século XVIII “ [...] parte expressiva do clero francês aderira à ideologia liberal, veiculada pelos enciclopedistas, o grupo fiel à Santa Sé passou a ser designado como ultramontano, ou seja, aquele que se alinhava ao lado do Pontífice Romano, o qual residia, a partir da ótica francesa, além dos Alpes, ou seja, ultramontes”.

⁴ Neocristandade, ou restauração católica, refere-se às ações de aproximação da Igreja católica do Estado na primeira metade do século XX (MAINWARING, 1989).

⁵ Segundo dados da historiografia especializada, houve entre 1890 até 1930 a criação de 56 dioceses e elevação de cinco dioceses a condição de Arquidiocese (HOORNAERT, 1983).

historiadores e professores que visavam influenciar a construção institucional de uma cultura cívica católica (MICELI, 1988)⁶.

É nesse contexto que a trajetória de Cônego Raymundo Otávio Trindade apresenta-se como instigante objeto de pesquisa. Pode-se dizer, em princípio, que ela serve para “refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social” (LORIGA, 1998, p. 225). Visto que, como afirmou Pierre Bourdieu (2002, p. 83), cada história pessoal está enraizada dentro de uma classe ou grupo social, que compartilha da base ontológica denominada de *habitus*, que é “um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade ou uma subjetividade fixa”. Desse modo, as experiências compartilhadas, conscientemente ou inconscientemente, traça no indivíduo um estilo de vida, que nada mais é do que dispositivos incorporados nos processos de socialização. Assim, as trajetórias pessoais não são exemplares de um contexto, mas campo de análise, em que “cada sistema de disposições individuais é uma variante estrutural dos demais [...], o estilo pessoal não é senão um desvio em relação ao estilo próprio de uma época ou de uma classe” (LEVI, 2002, p. 174). Veja-se, portanto, como as ações e experiências de Trindade podem ser entendidas dentro de um *habitus* que acompanhou a estruturação de um sistema comunicativo entre a Igreja católica e Estado na República Velha.

Nascido em 20 de novembro de 1883, era Trindade segundo filho homem dos proprietários rurais José Pereira da Trindade e Maria Belmira da Trindade. Sua infância é quase desconhecida pelos historiadores, pois fontes sobre ela são escassas, o que torna as provas genuínas frágeis. Os trechos mais expressivos a esse respeito estão nos processos de habilitação “*de genere et moribus*”, que apenas indica que o menino aprendeu a ler e escrever no ambiente familiar, com suas irmãs. Já seu irmão mais velho, que foi membro da política de Barra Longa, adquiriu essas habilidades em uma escola em São Paulo, antes de ingressar na faculdade de direito em Lisboa⁷. Notadamente, o encaminhamento de um dos filhos para o seminário e outro a carreira jurídica, militar ou política, estava ligado aos aspectos culturais da sociedade camponesa. Isso, porque, apesar de perda familiar de capital econômico (despesas com os estudos, dote, etc., retirada de mão de obra do filho da unidade doméstica) e social (casamentos), encaminhar um filho ao clero aumentava o capital simbólico familiar (mediação entre “céu e terra”, na política, etc.), garantindo prestígios na sociedade da época⁸.

⁶ Por exemplo, podemos citar a aprovação da lei de ensino religioso dentro do horário escolar em estabelecimentos públicos. 12 de outubro de 1929.

⁷ Dados gerais do primeiro Diretor do Arquivo diocesano de Mariana. In: MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Documentos diversos – cx. 1.

⁸ Referimo-nos aos instrumentos de poder e prestígio social que caracterizou os ocupantes dos cargos eclesiásticos. Cabe destacar que vários cargos importantes na política local brasileira eram ocupados particularmente por clérigos.

Foi em razão dos projetos de família que, em 1897, Raymundo Trindade deu entrada como estudante no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, após comprovar condições materiais para custear a matrícula trimestral no valor de 30\$000 (trinta mil contos de réis) e 60\$000 (sessenta mil contos de réis) de mensalidade. Frequentou no seminário menor as matérias de catecismo exemplificado, civilidade, latim, grego, português, francês, inglês, literatura, retórica, filosofia racional e moral, geografia, desenho, cosmografia, astronomia, aritmética, álgebra, geometria e trigonometria, psicologia, química orgânica e inorgânica, história natural, geológica e mineralógica, botânica e flora mineral, história sagrada, pátria e universal, música vocal e instrumental.

Já no seminário maior, por sua vez, aprendeu teologia dogmática, moral e prática, hermenêutica, história eclesiástica universal geral e particular, computo eclesiástico, liturgia teórica e prática, eloquência sacra e canto gregoriano. Enfim, todas as matérias que influenciaram a forma como mais tarde ele interpretou e registou por escrito as transformações políticas, sociais e culturais que transcorriam em sua época. Neste sentido, cabe ressaltar que por meio destes podemos tomar contato com as representações culturais sobre as relações entre a Igreja católica e o Estado que se processaram no seio da sociedade.

Nessa direção, destaca Roger Chartier (1990, p. 17) que as representações servem para “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. No entanto, “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam”. Logo, as representações são formulações referentes aos segmentos sociais construídas por grupos específicos, que visam produzir consensos e controlar as relações sociais estabelecidas em determinados territórios, forjando relações de contenções ou de mitigação do poder.

Dito isto, analisar a trajetória de cônego Trindade sob as perspectivas apontadas por Roger Chartier (1990, p. 16) oferece-nos, portanto, um conjunto de pistas sobre a capilaridade do poder que se processa na vida social, por isso, não devemos “[...] reduzir os debates intelectuais a mera condição de aparentes confrontos de poder”, mas, através das leituras de rastros e fragmentos devemos identificar as marcas que se manifestam através de “[...] estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar,

para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Passe-se, portanto, à trajetória de Trindade enquanto intelectual católico.

Pode-se dizer que sua trajetória enquanto modelo intelectual católico passou a ter destaque social a partir de 1908, quando foi ordenado sacerdote em Mariana, pelo ritual de “imposição das mãos” do arcebispo Helvécio Gomes de Oliveira. Logo em seguida, passou a atuar como pároco nas cidades do interior mineiro, como Rio Doce, Limeira e São Domingos do Prata. Segundo Sérgio Miceli (1988), neste momento, a hierarquia católica, inspirada no pensamento de Pio XI, impunha aos homens com formação sacerdotal precária os cargos de párocos nas regiões mais afastas da Sé, enquanto aos de maior destaque intelectual os cargos mais altos na administração da arquidiocese.

Como se vê; Trindade iniciou sua atuação nas regiões consideradas periféricas da jurisdição eclesiástica de Mariana, talvez pela pouca cultura intelectual. No entanto, passado alguns anos, pela maneira com que atuava na sociedade, preocupando-se com os problemas sociais da nação, ganhou destaque na Igreja e foi transferido para Ponte Nova em 1937. Nesta cidade, passou a atuar no plano político do Estado, conquistando espaço com o cargo de vereador, destacando-se como presidente da câmara. Além disso, foi professor de *Ciência* no Ginásio São Francisco de Sales, chegando ao cargo de diretor. Cabe destacar que nesse momento estava sendo implantada a laicização da educação, assim, Trindade estava sintonizado com o plano educacional do episcopado nacional de afirmar através do ensino religioso uma legislação brasileira onde a maioria professasse a fé católica.

Tendo se destacado como administrador desse colégio foi nomeado ao cabido de Mariana para o cargo de Cônego chanceler do arcebispado. Como Tesoureiro Mor, mudou-se para a cidade de Mariana e começou a reunir documentos, organizando-os, catalogando-os e os copilando para cientificar a história da Igreja mineira e brasileira, criando o Arquivo Geral da Cúria. Também se propôs a organizar o Museu do Inconfidente em Ouro Preto e foi membro do Colégio Brasileiro de Genealogia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁹. É evidente o interesse desse clérigo pela História do Brasil. Corrobora essa afirmação o seguinte trecho de um documento de 1928:

Não é sem tempo que a mais antiga povoação de Minas Gerais e a primeira cidade histórica, sede do bispado desde 1748, organiza, pela mão benéfica de D. Helvécio, dentro do monumento de arte, que é a antiga igreja de São Pedro, o vasto museo das antiguidades mineiras ao lado do riquíssimo cimelio dos documentos. Quanto a estes sabem todos quantos estudam o passado de Minas Geraes o que valem, não só como atestados vivos da formação civil e politica da família mineira, mais ainda como provas jurídicas do patrimônio do Estado, dependente da certa dos limites

⁹ Dados gerais do primeiro Diretor do Arquivo diocesano de Mariana. In: MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Documentos diversos – cx. 1.

territoriais. Quem teceu estas linhas pode testemunhar por experiência própria, que no estudo das questões de limites de Minas, com o território dos cinco Estados vizinhos, nunca recorreu em vão arquivo da câmara eclesiástica¹⁰.

A busca de aproximação do arquivo eclesiástico como lugar de investigação científica explicita um conhecimento de História orientada para o futuro. Assim, quando focava os fatos mais relevantes do passado, Trindade procurava mudar a realidade presente para haver o aperfeiçoamento do gênero humano:

É pois de summa justiça que a história religiosa da Archidiocese de Marianna que o é também em grande parte a de Minas, tenha um lugar de destaque que leve à posteridade, com o agradecimento e veneração do povo mineiro, a figura inconfundível e o nome aureolado do ilustre presidente de Minas, Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada que acaba de escrever com o decreto da permissão do ensino religioso nos estabelecimentos de instrução a melhor de suas paginas [...] render-lhe com o agradecimento e veneração de todos a justa homenagem a que fizeram jus os grandes serviços a Minas catholica prestados pelo senr. Dr. Antonio Carlos, cuja memória será por todos os mineiros abençoada e cujas virtudes cívicas e moraes constituem o prototypo do verdadeiro homem de Estado, orgulho e patrimônio das gerações futuras¹¹.

É preciso destacar, portanto, que no discurso histórico de Cônego Trindade predominava o gênero “História Mestra da Vida”, visto que para ele: “*Historia est testis temporum, lux veritatis, vita memoria, magistra vitae, nuntia vetustatis*”¹². Isto é, ele acreditava que ao estudar o passado, sobretudo as façanhas de homens ilustres, poder-se-ia melhor comportar no presente. A história, portanto, seria capaz de modificar o presente humano, conduzindo a nação a alcançar a felicidade dos povos. Mas, seu procedimento de pesquisa, embora respondesse a uma expectativa de história científica, vinculava-se aos interesses políticos católicos. Mesmo procurando descrever os fatos sem reflexão, como simples narrativa dos acontecimentos, procurava em meio à laicização da educação implantada com a República, implementar na legislação brasileira o ensino religioso.

Além disso, devemos considerar que Cônego Trindade não apenas atuou no interior mineiro, mas escreveu inúmeras obras sobre Minas Gerais que teve projeção na esfera religiosa e política nacional, como *Genealogias Mineiras* (1923); *Monografia Histórica de Barra Longa* (S/d); *Efemérides da Arquidiocese de Mariana* (1928); *Arquidiocese de Mariana: subsídios*

¹⁰ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1452.

¹¹ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1675-1676.

¹² “História é testemunha dos tempos, luz da verdade, mestra da vida, vida e memória [...]”. In: MARIANA. *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Documentos diversos – cx. 1.

para sua história (1928); *A família Pontes* (1934); *Genealogia da Zona do Carmo* (1943) e *Velhos troncos mineiros* (1955); o que contribuiu para que fosse reconhecido enquanto intelectual na esfera social coletiva nacional. No entanto, suas ideias ficaram circunscritas aos seus trabalhos. Apesar da abundância e fácil acesso as fontes no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, estudos sobre sua trajetória são escassos.

Lançando um olhar sobre seus escritos, observamos que boa parte tenta explicar, a partir da crença nas virtudes da investigação científica, um passado que se dissipava em meio às novidades que surgia com a República. Em parte, isso se deve ao fato de ter sido ele herdeiro dos princípios teóricos e doutrinários da cultura Iluminista¹³. Por isso defendia um projeto intelectual fundamentado na afirmação de aperfeiçoamento e desenvolvimento da sociedade, desde que a humanidade fosse orientada pela história, “esplendida de eterna verdade”. Isso porque ela era repleta de exemplos do passado, principalmente das façanhas de homens ilustres, capaz, assim, de “inculca na alma, parte mais nobre do homem, o conhecimento e amor de Deus e conduzir com segurança, todo o gênero humano, à pátria futura que buscaremos”¹⁴.

Dito isto, para colocar “ordem no caos”, como afirmou Lévi-Strauss (1982, p. 69-91), é importante destacarmos inicialmente algumas considerações acerca do conceito de intelectual usado no decorrer dessa análise.

Numa definição canônica, o termo intelectual refere-se ao conjunto de pessoas que adquirem relevância social ao dedicarem-se economicamente, simbolicamente e ritualmente ao plano das ideias, em estudos, reflexões e especulações acerca do universo material e/ou imaginário (HOUAISS, 2009). A noção desse conceito, portanto, “[...] está permeada pela ideia do letramento e do discurso” (MALINA, 2007, p. 69). Daí ser necessário pensarmos como a cultura vale-se de diversos instrumentos materiais e simbólicos para delimitar alguns indivíduos dentro de um grupo social que tem o culto a inteligência como identidade.

Uma vez isso constatado, é preciso lembrar que todo grupo social está fundamentado dentro de uma cultura política¹⁵, como lembra René Rémond (2003, p. 231-269). Daí ser necessário perceber o processo de formação das identidades dos intelectuais como manifestações de poder¹⁶. Nesse sentido, Mannheim (1974) acrescenta que por assumirem

¹³ Trata-se do projeto intelectual dos enciclopedistas.

¹⁴ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1681.

¹⁵ Aqui entendida como o conjunto de representações fundadas sobre os procedimentos administrativos e orçamentários desenvolvidas pela administração pública.

¹⁶ Entende-se poder enquanto capacidade de impor e legitimar as relações de força que se estabelecem na vida social. Esse se encontra em todas as partes, por isso a necessidade de descobri-lo lá onde ele se torna capilar, ou seja, nas pequenas coisas. Esse conceito de poder que se deixa ver nas microrelações está no centro das análises

lugares sociais os intelectuais tomam posições políticas, influenciando as decisões coletivas. Em parte isso se explica porque ao aderirem ou rejeitarem campanhas eleitorais, mandatos parlamentares, ações militantes, petições, manifestações, etc., eles procuram transmitir valores capazes de influenciar a esfera política. É inegável, portanto, que cultivar a “inteligência” resulta no fenômeno de dominação e exclusão, ou seja, forja entre os atores envolvidos em relações de solidariedades ou de divergências. Corrobora essa ideia Antônio Gramsci (1995), ao afirmar que os discursos usados, vistos por uma dimensão superestrutural, visam influenciar e impor a organização da sociedade e da cultura (MALINA, et al, 2007).

Na mesma direção, Jean François Sirinelli (2003, p. 234) aponta as dificuldades de delimitar os intelectuais enquanto grupos sociais, tendo em vista que as representações culturais são mutáveis e historicamente localizadas espacialmente, economicamente e individualmente. Entretanto, é inegável que eles assumem na vida política posições privilegiadas. Sendo, assim, seus engajamentos e posicionamentos na vida nacional nos deixa ver os modos de capilaridade do poder. Por isso, a necessidade observarmos os itinerários “no cruzamento da biografia e do político”.

Sobre o conceito intelectual cabe apresentar uma ressalva importante. Vale destacar o que Thompson (1981, p. 185) falou para não “coser conceitos novos num pano velho”. Doravante devemos pontuar os significados que expressam o ponto de vista de Cônego Trindade sobre o termo. Para ele, intelectual era “a penna, transmissora do verbo humano, é, como a palavra, o gladio das pugnas incruentas da inteligencia”¹⁷. Tinham por fins pragmáticos orientar a consciência humana no plano moral. Isso fica explícito na seguinte passagem do documento:

Lembro ainda que todas as medidas serão de resultado problemático enquanto tiver o Brasil uma classe dirigente instruída na Religião. O que poderemos alcançar com o curso superiores catholicos. Uma universidade Cathólica será medida de urgência, apesar das dificuldades que se apresentam. Para vencel-as pedião os Prelados apellar

empreendidas nas obras de Michel Foucault, que propõe que esse seja visto em sua complexidade, em sua atribuição e em seu funcionamento onipresente. Nesta visão, o poder não é exercido a partir de um ponto central, como, por exemplo, uma sede no Estado. Há diversos poderes multiplicados na sociedade, podendo ser o poder social, o poder econômico, o poder militar, o poder político, entre outros. Existe um sistema complexo de relação e revezamento de micropoderes, que são exercidos pela repressão e pela regulação, que organiza o cotidiano, e mediado pela persuasão, sedução e consentimento. Estes, portanto, orientam a forma como os homens vivem em sociedade, e continuamente transforma as macrorrelações ou microrrelações. Desse modo, o exercício dos poderes não se resume ao uso dos constrangimentos e da tomada de decisão; é também um conjunto de estratégias nas quais a educação e as formas de representações têm uma importância maior na convenção disciplinar (FOUCAULT, 1982).

¹⁷ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1683.

para as Ordens e congregações religiosas, algumas das quaes por si sós podem levar a cabo esta medida. São os que permitira a agustia do tempo apresentar a paz¹⁸.

A busca de aproximar a Igreja católica do Estado fica explícito no documento. Como se evidencia, este discurso procura afirmar uma cultura intelectual que outorgava aos eclesiásticos poderes para implantar uma nação fundamentada nos direitos católicos, combatendo a perda da influência da religião sobre a sociedade. Desse modo, procuravam conduzir a nação dentro dos valores religiosos da família, indissolubilidade do matrimônio, do direito ao ensino da religião católica. Por isso, cabe perguntar: o que ele entendia por nação?

Primeiramente vale destacar que entendemos nação como a pluralidade de pessoas que interagem em um território pelo idioma falado, costumes, hábitos, tradições e outros elementos, formando, assim, um povo. Otto Bauer (2000, p. 45-83) corrobora com essa definição ao afirmar este se refere a uma comunidade política que materializa as relações de poder através de amplos sistemas culturais. Já para Eric Hobsbawm (2002, p. 33), nação refere-se à soberania política, “com etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns”. Cônego Trindade, por sua vez, acreditava se nação,

A Igreja, sociedade perfeita pela sua origem divina, pela transcendência de seu destino, sobre paira a toda sociedade humana. Ainda não há muito, o soberano Pontífice Pio XI, actual e zelosíssimo Chefe da Catholicidade, confirmando sabias diretrizes de seus esclarecimentos antecessores, accentava que a Igreja de Deus jámais se devera confundir com as opiniões e partidos que dividem seus súbditos. Superior, ella se coloca fóra e acima dos partidos, porque sua missão atear fogo da caridade entre os homens e velar pela concordia fraterna. Bem supremo, Diz Leão XIII, a Religião deve permanecer intacta em meio à diversidade das causas humanas. [...] A Igreja não faz política [...] A Igreja quer que seus filhos, sem preferencias por formas de governo, trabalhe, colaborem eficaz e proficumanete, em todos os campos da actividade humana, pelo engradecimento e progresso de suas respectiva pátrias térreas¹⁹.

Podemos evidenciar nesse argumento que Trindade acreditava que o desenvolvimento humano só seria possível no plano moral. Isso se daria pelos valores das tradições religiosas e do patrimônio cultural do espírito cristão, que ascenderia o Brasil ao desenvolvimento nacional. É interessante destacar as contribuições de Eric Hobsbawm (1984, p. 9-23), sobre as tradições inventadas, que são um conjunto de práticas rituais ou simbólicas que procuram inculcar certos valores e normas sociais, por via da repetição e ideia

¹⁸ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929, p. 1341.

¹⁹ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929, p. 1680-1681.

de continuidade do passado, podemos perceber que Trindade procurava com a ideia de tradição católica manter a influencia religiosa católica na sociedade, principalmente nos planos de desenvolvimento nacional brasileiro exaltar.

Fundamentados na ideia de tradição, o Estado, apesar da Constituição Federal que suspendia o subvencionamento dado a Igreja católica, em muitas situações acabou apoiando os interesses políticos do catolicismo, como se evidencia no discurso do presidente do Estado de Minas Gerais entre 1918-1922, Arthur Bernades:

Esse sentimento religioso, que V. Exa. terá notado, constitue um titulo de glória de que legitimamente se desvanecem os mineiros, por isso que aprimora no homem qualidades Moraes e tem servido para fazer delle um cidadão mais útil e proveitoso á sociedade e á Pátria. [...] O carinho que lhe tem sido dispensado por toda a parte não é indício apenas da admiração pela respeitável pessoa de V. Exa. nem denuncia somente o vinculo espiritual que une o povo á Egreja Universal, de que é chefe o supremo Santo Padre. Ele também traduz o comovido reconhecimento dos ministros á salutar influencia que o espírito religioso exerceu na formação da nossa nacionalidade e aos grandes serviços que á causa da civilização no Brasil prestaram abnegados apóstolos da Egreja. [...] E o governo do Estado, que reflete o pensamento geral de seus habitantes, associando-se ao povo nas merecidas homenagens que presta á distincta pessoa de V. Exa., vem darlhe também testemunho do seu maior apreço e a segurança de sua consideração pelas virtudes de V. Exa²⁰.

Como esse líder do governo, muitos outros apoiaram a cultura intelectual católica que tinha por objetivo infundir o espírito cristão nacional. Neste sentido, por meio das relações com os representantes do governo de Minas Gerais, os religiosos buscavam conquistar espaço na sociedade, em especial no campo educacional, garantindo, assim, a difusão dos valores da instituição; abalados pela ideia de progresso da ciência. Assim sendo, tinha os intelectuais católicos um papel fundamental de exaltar a modernidade nacional, sem depreciar o modelo antigo das relações Igreja e Estado. Nos escritos de Trindade, isso pode ser visto na noção que ele tinha de progresso:

Notáveis conquista poderemos, então, alcançar. Seremos na comunhão nacional propulsores do verdadeiro progresso, pela restauração dos princípios chistãos, tão obliterados e menosprezados. Neste luminoso dia, exmo. Sr., quando se operar a restituição da República Brasileira de Jesus Chisto Rei e Senhor das nações, o nome do já ilustre do dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada será, mais do que hoje, aureolado pelas bênçãos da posteridade feliz e agradecida²¹.

Neste pequeno trecho podemos evidenciar o projeto de *Neocristandade* em Trindade, ao enfatizar as contribuições da Igreja católica para o governo. Essa maneira de se referir aos

²⁰ Arquivo Público Mineiro – Pasta Arhur Bernardes *apud* PEREIRA, 2010.

²¹ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929, p. 1684.

problemas da época, as transformações e as superações, nos deixa perceber uma identidade intelectual pela qual se procurava afirmar a liderança da atuação da Igreja católica junto dos políticos da época, uma ação que “conduz com segurança, todo o governo humano, à pátria futura que buscamos”²². Essa tendência tautológica se definia em contraste com a secularização de todas as esferas da vida social. Por isso, com as figuras de exemplaridade, Trindade acreditava que nenhum direito natural do homem e/ou vantagens de livre iniciativa econômica, moveria a história humana à felicidade do povo, pois tanto o ambiente físico quanto as pressões econômicas teriam que ser modificadas para que a política conduzisse a ação humana a Deus.

Para concluir, cabe ressaltar que Trindade acreditava no conhecimento com foco na história para definir o governo da nação, em todos os tempos. Por isso, ao valorizar os feitos de grandes homens, procurava-se extrair as virtudes do passado que poderiam trazer proveitos para a época. Ai estava o embrião de sua postura como intelectual, pautada na história, como prova de “amor ao passado nacional, tão obliterado pelo falso espírito de progresso e renovação”²³.

HISTORIA EST TESTIS TEMPORUM: NOTES ANALYSIS OF THE WORK OF CANON RAYMUNDO TRINIDAD (1928)

Abstract: The article discusses the participation of intellectuals in the "institutional building" mining Catholic Church in the Old Republic (1890-1930) process. The empirical research universe was created by the book Archidiocese Marianna : Subsídios para sua História , written as a result of three years of documentary research by Canon Octavius Raymundo Trinidad , and , published in 1928 by the publisher of the Lyceum Vocational School Heart of Jesus : Alameda Baron Piracicaba . The collected data were interpreted based on the theoretical model of Roger Chartier, who draws attention to the need to understand the representations of the social world as mental formulations built by groups based on attitudes and collective experiences. Therefore, when analyzing the information documentation, and other sources of the time, we realize that this religion had several intellectual and social projects in Brazil to create a Catholic nation. For this, it was necessary to build a history of the Church connected to the roots of the Brazilian culture and civilization. Therefore, it is worth asking: what he meant by Nation? What are the roles of Catholic intellectuals in this project? These are questions that we aim to address in this text.

Keywords: Representations; Intellectuals; Catholic nation; Old Republic.

²² ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1681.

²³ ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana – Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionais do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barão de Piracicaba, 1929, p. 1451-1452.

Referências

Fontes

ARCHIDIOCESE DE MARIANA – Cônego Raymundo Trindade – Director do Archivo Diocesano de Mariana –Subsídios para sua História – III Volume – São Paulo – Escola Profissionaes do Lyceu Coração de Jesus – Alameda Barao de Piracicaba, 1929.

MARIANA. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Documentos diversos – cx. 1.

Bibliografia

ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AZZI, Riolando. O início da Restauração Católica no Brasil (1920-1930). **Síntese Política Econômica Social (SPES)**, n.10, p. 61-90. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. (p. 45-83).

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. **Entrevistado por Maria Andréa de Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s/d.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: CARRATO, J. F. **As Minas Gerais e os primórdios do Caraça**. São Paulo: Nacional, 1963.

HOORNAERT, Eduardo; et al. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983.

HOUAISS, Antônio. **Novo Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral**, 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 1982.

LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil república**. São Paulo: Paulinas, 1991.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916- 1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MALINA, André; et al. Uma discussão sobre o conceito de intelectual em Karl Mannheim e Antonio Gramsci. **Trabalho & Educação**, vol.16, nº 2, p. 69-80, jul/dez 2007.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Dom Helvécio Gomes de Oliveira, um salesiano no episcopado**: artífice da Neocristandade (1888-1952). UFMG, Belo Horizonte: 2010.

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOBRE O AUTOR

Josimar Faria Duarte é mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da CAPES.

Recebido em 16/10/2014

Aceito em 01/12/2014